

Editorial

### **3 votos para um ano decisivo**

Álvaro de Vasconcelos

2003 será certamente um ano decisivo, embora de previsão difícil. Confirmará, provavelmente a tendência para o unilateralismo e a política de potência que dominou o ano horrível de 2002, ainda que haja, apesar de todos os indícios de contrário, uma hipótese de relançamento do multilateralismo. Para a concretização desta segunda hipótese, duas condições decisivas e uma desejável: que as Nações Unidas resolvam, pela diplomática, a crise iraquiana; e que da Convenção sobre o futuro da Europa saia um projecto de Constituição que transforme a União Europeia num actor com capacidade para agir, de forma coerente e eficaz, no domínio da política externa e da defesa. O bom êxito do governo de Lula viria dar ao Mercosul e à América do Sul um novo alento, relançando a integração fora da Europa.

A forma simples de redigir uma prospectiva do ano de 2003 seria considerar que ele será a continuação natural de 2002, um ano dominado pelo unilateralismo da administração Bush que fragilizou o Tribunal Penal Internacional (TPI) e fez fracassar a Cimeira da Terra. Nesta perspectiva pessimista e no mesmo tom negro do discurso de fim do ano de Tony Blair, 2003 pode desde já ser sintetizado assim: em inícios de Fevereiro os Estados Unidos, sem uma resolução clara do Conselho de Segurança das Nações Unidas, invadirão o Iraque, o ditador Saddam Hussein será deposto e o predomínio estratégico norte-americano no Golfo e no mundo consolidado; a União Europeia terá, mais uma vez, um papel secundário numa crise grave no golfo Pérsico, região do mundo da maior importância para a Europa e a estabilidade mundial; Sharon será reeleito com uma votação esmagadora e a guerra israelo-palestina agravar-se-á, sem que a comunidade internacional (quer dizer os Estados Unidos e a União Europeia) faça nenhum esforço significativo para lhe por termo. Mais a oriente, a tensão entre a Índia e o Paquistão, duas potências nucleares, ir-se-á agravar no alheamento das preocupações centrais da hiperpotência predominante. Na luta contra o terrorismo, os sucessos serão escassos e alguns, mas graves atentados terão lugar, e muitos Estados autoritários continuarão, oportunisticamente, a utilizar o pretexto para reprimirem a suas oposições internas. A

democracia e os Direitos do Homem não farão progressos significativos à imagem do que se passou em 2002.

Se esta previsão pessimista se vier a confirmar, o que é provável, teremos no final de 2003 um mundo em que se reforcem as tendências inquietantes da ordem internacional pós 11 de Setembro: um privilegiar da política de potência, um recurso à guerra como forma essencial de dirimir os conflitos internacionais, o aumento da violência sobre civis como alvo privilegiado nos conflitos.

Existe, no entanto alternativa à visão sombria de 2003 decorrente da consolidação dos indícios de renovação do multilateralismo e do regionalismo, que marcaram o fim do ano de 2002. Vimos a partir de Setembro a resolução da questão iraquiana ser colocada, como devia, no quadro das Nações Unidas apesar da oposição dos sectores mais unilateralistas da administração americana – Sheney e Rumsfeld - com grande influência junto do presidente. Para o triunfo, pelo menos numa primeira fase, da opção multilateral contribuíram um conjunto de factores, desde logo a oposição internacional nomeadamente europeia e árabe, a uma intervenção militar unilateral e o apoio muito significativo da opinião pública americana a que a questão iraquiana fosse tratada através das Nações Unidas. A oposição europeia foi liderada pela França que se opôs com frontalidade e inteligência ao unilateralismo da administração Bush. Mas mais significativo ainda é que o recurso às Nações Unidas é o único como explicou Collin Powell ao Presidente Bush. Ao mesmo tempo que se pararam com uma crítica quase universal do unilateralismo, a administração Bush confrontou-se com o facto, como explicou Collin Powell (o multilateralista do governo Bush), que para travar uma Guerra contra O Iraque e vencê-la, os Estados Unidos necessitam de aliados, pois como afirmou com frontalidade ao Presidente «soa bem dizer que nós podemos resolver a questão unilateralmente... só que é impossível».No caso do Iraque tal só é possível se uma eventual intervenção for legitimada pelas Nações Unidas e no fim de um processo que privilegie a diplomacia para resolver a questão das armas de destruição maciça. Tendo regressado ao Conselho de Segurança, tendo permitido o envio de inspectores, como defendia Collin Powell, criou-se uma dinâmica que repôs a opção multilateralista. É óbvio que o sucesso da opção multilateral é ténue, dado o peso dos unilateralistas na actual administração americana e a sua vontade de intervir para mudar o regimen iraquiano, mas ela existe. A hipótese multilateralista ganhará força se , sem recurso a uma intervenção militar, pela consolidação do trabalho dos inspectores e da pressão internacional, o Iraque

cumprir com as resoluções do Conselho de Segurança destruindo todos os armamentos de destruição em massa ou provando, o que é menos provável, que já o fez. Se tal acontecer, as Nações Unidas e as correntes multilateralistas, nomeadamente norte-americanas, sairão muito reforçadas em 2003. Uma das consequências será a possibilidade de se dar de imediato prioridade às mais urgentes crises internacionais como são a israelo-palestina e a indo-paquistanesa, mas também de oposição eficaz á violação dos direitos do homem pelo regimen dictatorial de Saddam Hussein.

Para que a norma e a justiça se consolidem como elementos essenciais da ordem internacional é necessário que a União Europeia se transforme num actor incontornável da resolução dos grandes problemas internacionais. Para isso a Convenção Europeia deve resolver o problema básico da União, a de ser uma federação às avessas. Ou seja, uma federação que não transferiu para o centro aquilo que as outras fizeram ou seja, competências significativas no domínio da política externa e da defesa. A União Europeia deverá ter como prioridade a sua política internacional, multilateralizar os Estados Unidos, como de certa forma foi já um dos resultados da intervenção francesa na crise iraquiana.

2003 poderá trazer-nos também a boa nova do relançamento do regionalismo fora do espaço europeu. Para isso é fundamental a consolidação do governo Lula no Brasil e que o seu efeito, de alternativa democrática, com preocupações sociais, à actual crise latino-americana, se propague aos seus parceiros do Mercosul. Um triunfo da orientação de política internacional que incarna Colin Powell nos Estados Unidos, a transformação da União Europeia num actor político coerente e eficaz e o relançamento do Mercosul, voltariam a repor as esperanças de uma regulação internacional, assente em grupos regionais sólidos, que marcou a década de 90. É evidente que a acontecerem esses três milagres ao mesmo tempo é muito pouco provável, mas bastaria um deles acontecer para que 2003 seja muito melhor que 2002.